



O apelo em análise foi apresentado tempestivamente e atendeu aos requisitos de admissibilidade, devendo ser apreciado pela URC Rio das Velhas, conforme descrito abaixo:

*Art. 26 – O recurso será submetido preliminarmente à análise do órgão ambiental competente ou entidade responsável pela decisão relativa ao requerimento de Licenciamento Ambiental ou AAF que, e entendendo cabível, reconsiderará a sua decisão.*

*Parágrafo único- Não havendo reconsideração na forma prevista no caput, o recurso será submetido à apreciação da instância competente a que se referem os arts. 18 e 19.*

Diante das considerações técnicas indicadas no item 2 – Discussão, mormente as argumentações relacionadas às determinações vinculadas a diplomas legais como é o caso da condicionante nº 03 que se justifica em vista do disposto na **Resolução SEMAD nº. 711, de 13 de maio de 2008** que institui a implantação de sistema de prevenção e combate a incêndios na vegetação natural das áreas diretamente afetadas pelos empreendimentos, e dá outras providências, não vemos possibilidade legal de exclusão da mesma.

Da mesma forma a condicionante de nº 04 deverá ser ratificada e mantida como aprovada na revalidação da LO, para que o empreendedor apresente o diagnóstico do entorno do reservatório contemplando os pontos de lançamento de efluentes *in natura*, propondo uma solução para seu tratamento e viabilizando sua implantação. Conforme combatido acima no item Discussão a Resolução CONAMA 302/2002, define o PACUERA como sendo o conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, recuperação, o uso e ocupação do entorno do reservatório artificial. Assim entre seus objetivos precípuos está o de melhorar as condições atuais do reservatório, podendo incluir entre eles, aqueles ocasionados pelo lançamento de esgotos por terceiros.

Quanto ao pedido de prorrogação das condicionantes 5 e 6, considerando que o pedido foi apresentado antes do vencimento das mesmas e considerando ainda o entendimento técnico de que a prorrogação pleiteada não implicará em prejuízo para o processo de regularização, encaminhamos o pedido à apreciação da URC.

#### **4.CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Supram Central sugere que sejam mantidas as condicionantes 03 e 04 com seus textos originais e que as condicionantes 05 e 06 tenham seus prazos prorrogados, conforme solicitado pelo empreendedor. Caso a decisão seja pela manutenção das condicionantes objeto do apelo, com o não acatamento do Pedido de Reconsideração o mesmo deverá ser remetido à Câmara Normativa Recursal, nos termos do artigo 26 e Parágrafo Único do Decreto retro mencionado.

SUPRAM - CM

Avenida Nossa Senhora do Carmo, 90 - Carmo  
Belo Horizonte/MG  
CEP 30.330-000 – Tel.: (31) 3228-7700

DATA: 25/01/2011  
Página: 5/5



